CIP
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA MOÇAMBIQUE

a Transparência
Newsletter
Boa Governação - Transparência - Integridade
Edição Nº 24/2015 - Agosto - Distribuição Gratuita

DIFICULDADES FINANCEIRAS DA MCEL:

Antes do resgate exige-se prestação de contas

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho de Rosário, visitou a empresa Moçambique Celular (MCEL) no dia 17 de Agosto corrente. Esta empresa pública enfrenta dificuldades financeiras. Acompanhado pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, o PM deixou a MCEL com a promessa de que o Estado irá "resgatar" a empresa, para "viabilizá-la no contexto da concorrência". O apoio à MCEL é normal mas antes se impõe transparência.

De facto, as Empresas Públicas – tal como os demais entes públicos – devem ser viáveis para garantirem o alcance dos fins públicos para os quais foram criadas. Mas a par da viabilidade, as entidades públicas devem também actuar de acordo com os princípios da administração pública, dentre os quais, a transparência e a responsabilidade.

A MCEL é uma empresa 100% de capitais públicos, constituída na forma de Sociedade por Acções (SA). É detida em 74% pela Telecomunicações de Moçambique (TDM) e em 26% pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE). Ambos accionistas da MCEL são integralmente detidos pelo Estado.

É por isso que, encontrando-se, a MCEL, a enfrentar dificuldades financeiras para realizar investimentos, o Governo revela-se preocupado e anuncia a necessidade de "resgate".

> "Conhecemos as dificuldades da Mcel e, juntos, nós, como Governo e donos da Mcel, devemos encontrar soluções que possam viabilizar a empresa no contexto da concorrência em que se encontra. A nossa vinda vai ser útil para podermos compreender processos em curso na empresa e juntos podemos alavancar a Mcel no sentindo de resgatarmos a liderança da Mcel" – Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho de Rosário, in O País de 18 de Agosto de 2015.

Nada obsta para que o Estado injecte fundos públicos na MCEL, uma pessoa colectiva púbica de natureza empresarial, que está inserida na administração pública material.

A MCEL foi criada para garantir a prestação de serviço público de comunicações móveis e de geração de rendimentos para o Estado. E tem vindo a desempenhar este papel desde a sua criação.

Nos últimos oito (8) anos, a MCEL gerou, em dividendos para o Estado, acima de 209 milhões de meticais (ver quadro 1), o que revela a importância estratégica da empresa para as receitas do Estado.

Quadro 1. Dividendos gerados pela MCEL para o Estado nos últimos 8 anos

Ano	Dividendo para Estado (MT)
2006	52,568,291.08
2007	22.415.659.88
2008	18,913,120,59
2009	29,932,140.53
2010	00,00[1]
2011	16,217,262.56
2012	42,541,299.53
2013	26,835,600.75

Fonte: IGEPE

Entretanto, na sua actuação, a MCEL deve sujeitar-se aos princípios orientadores da administração, dentre os quais se incluem a transparência e a responsabilização.

A transparência implica a "publicidade dos actos administrativos[2]" e nisto a gestão da MCEL não tem sido exemplo. A título ilustrativo, os relatórios e contas da empresa não estão acessíveis para a consulta pública. Na página de internet da empresa (www.mcel.co.mz) pode ser consultada informação referente à responsabilidade social institucional, em relatório elaborados e publicados desde 2010 até o presente. No entanto esta boa acção não se estende para os relatórios e contas da empresa.

O último Relatório e Contas da MCEL que está publicado e acessível ao público, é referente ao exercício económico de 2011. Foi publicado através da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

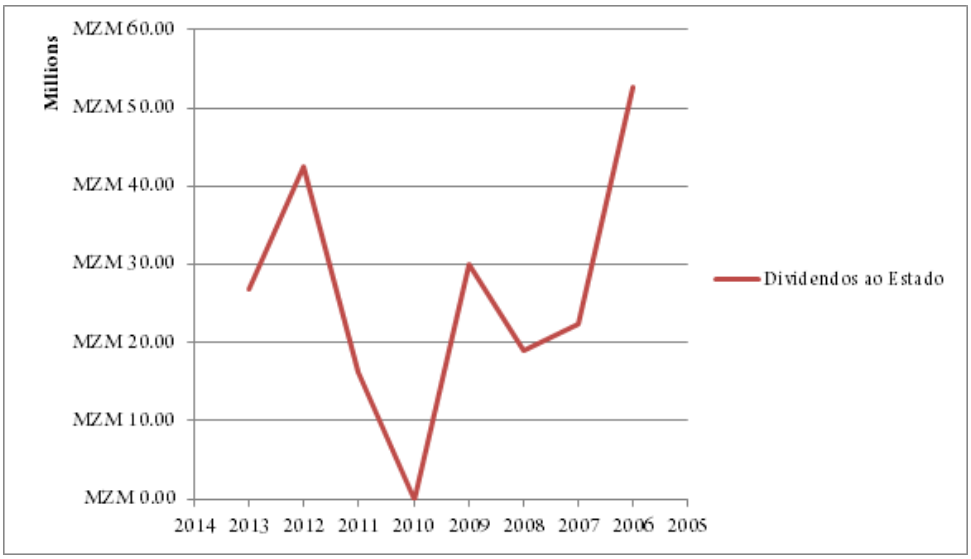
A Lei das empresas públicas obriga, entretanto, a publicação dos relatórios e contas das empresas públicas, no jornal de maior circulação (....) e nas respectivas páginas de internet (caso disponham)[3] das empresas.

Embora a MCEL tenha sido constituída como sociedade por acções, do ponto de vista material é empresa pública. Ao não publicar seus relatórios e contas na respectiva página está, claramente, a ignorar obrigatoriedade da transparência imposta por lei.

Neste momento que a MCEL precisa de resgate com fundos público, revela-se imperioso que, antes que isso aconteça, os cidadãos sejam informados sobre o estado das contas da empresa. Financiar plano de investimento para a MCEL com fundo públicos, sem antes explicar exaustivamente o que levou a empresa ao estado em que se encontra, seria autêntica falta de consideração para com os contribuintes moçambicanos.

Se por iniciativa própria, os gestores da MCEL não pretendem tornar públicas as contas da empresa, cabe, agora, ao Governo fazê-lo. É fundamental que os moçambicanos sejam informados sobre o que aconteceu para que, de um dos maiores contribuintes para as contas do Estado, a MCEL tenha passado para uma empresa que precisa de resgate.

Gráfico 1. Dividendos pagos pela MCEL ao Estado 2006-2013



Fonte: IGEPE e CIP

1 Em 2010, a MCEL não canalizou directamente dividendo ao Estado. Para o efeito foram contabilizados os restantes 50% da provisão da dívida da Modas Niza (valor total da dívida era de 270 milhões de meticais)

2 Decreto n. 30/2001, de 15 de Outubro

3 Cfr. Número 3 do art. 35 da Lei 6/2012, de 08 de Fevereiro.

CIP

Boa Governação, Transparência e Integridade

FICHA TÉCNICA

Director: Adriano Nuvunga

Equipa Técnica do CIP: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Lázaro Mabunda, Stélio Bila;

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Layout & Montagem: Nelton Gemo

Endereço: Bairro da Coop, Rua B, Número 79, Maputo - Moçambique

Contactos: Fax: 00 258 21 41 66 25, Tel: 00 258 21 41 66 16, Cel: (+258) 82 301 6391,

E-mail: cip@cip.org.mz

Website: http://www.cip.org.mz

Parceiros

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Swiss Agency for Development and Cooperation SDC

SUÊCIA

IBP INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP Open Budgets. Transform Lives.

DFID Department for International Development

Koninkrijk der Nederlanden

ROYAL NORWEGIAN EMBASSY

Danida

Ibis Education for development

agir PROGRAMA DE ACÇÕES PARA UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA E RESPONSÁVEL

Parceiro de assuntos de género: WLSA